

# COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE\*

## Reflexões sobre controle, cultura e comunicação de massa

Daniel Herz\*\*

\* Roteiro da exposição apresentada no painel "Comunicação e Meio Ambiente", lema XXII do Rio Ciência 92 - Encontro de universidades, sociedades científicas e institutos de pesquisa, meio ambiente e desenvolvimento, no dia 26 de maio de 1992, na UFRJ, evento vinculado à UNCED 92 - Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

\*\* Jornalista, professor e assessor da Federação Nacional dos Jornalistas. Contribuiu na elaboração deste trabalho, José Miguel Martins.

### I. NATUREZA HUMANA E MEIO AMBIENTE: CONTRADIÇÕES E REQUISITOS PARA UMA REGULAÇÃO CONSCIENTE

Antes de abordarmos especificamente o tema proposto - *Comunicação e Meio Ambiente*, procuraremos estabelecer algumas premissas, buscando situar-nos em relação à problemática tratada no Encontro, através do tema *Meio Ambiente e Desenvolvimento*, no contexto dos eventos vinculados à UNCED-92.

As preocupações contemporâneas com a situação do meio-ambiente e o equilíbrio ecológico superam qualquer abordagem particular de natureza técnica ou científica e colocam em discussão "o próprio destino do homem"<sup>1</sup>. Uma aproximação com essa problemática, portanto, deve ser, antes de tudo, de caráter filosófico. Para tanto, recorreremos a dois trabalhos, de 1985, do jornalista Adelmo Genro Filho<sup>2</sup>, com uma abordagem filosófica plenamente atual.

# COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE

## Reflexões sobre controle, cultura e comunicação de massa

Daniel Herz

(Jornalista, assessor da Federação Nacional dos Jornalistas.  
Contribuiu na elaboração deste trabalho, José Miguel Martins.)

### I. NATUREZA HUMANA E MEIO AMBIENTE: CONTRADIÇÕES E REQUISITOS PARA UMA REGULAÇÃO CONSCIENTE

Antes de abordarmos especificamente o tema proposto - *Comunicação e Meio Ambiente*, procuraremos estabelecer algumas premissas, buscando situar-nos em relação à problemática tratada no Encontro, através do tema *Meio Ambiente e Desenvolvimento*, no contexto dos eventos vinculados à UNCED-92.

As preocupações contemporâneas com a situação do meio-ambiente e o equilíbrio ecológico superam qualquer abordagem particular de natureza técnica ou científica e colocam em discussão "o próprio destino do homem"<sup>1</sup>. Uma aproximação com essa problemática, portanto, deve ser, antes de tudo, de caráter filosófico. Para tanto, recorremos a dois trabalhos, de 1985, do jornalista Adelmo Geiro Filho<sup>2</sup>, com uma abordagem filosófica plenamente atual.

CONTINUAÇÃO

Adelmo lembra que a idéia de harmonia do homem com a natureza propõe a negação da ordenação da natureza com fins humanos, isto é, da própria natureza humana<sup>3</sup> que se constitui, justamente, a partir da violação da legalidade da natureza, a construção de um mundo humanizado a partir da apropriação das

leis da natureza. Adelmo ressalta que o homem "para manter-se em sua legalidade propriamente humana necessita violar ou violentar constantemente uma legalidade exterior (a da natureza)"<sup>4</sup>. E acrescenta: "os homens informam( ...) a natureza, transformando-a numa natureza humanizada, em algo *organizado* e, portanto, *sujeito* a uma *legalidade determinada*. Os homens violam o meio ambiente porque fazê-lo é próprio de sua essência"<sup>5</sup>.

Desse modo, propor simplesmente "a harmonia com a natureza pressupõe a negação da natureza humana"<sup>(6)</sup>. "A idéia básica do conceito de harmonia é a de conformidade ou regularidade, isto é, a noção de contigüidade e não-contradição com a natureza. O homem, embora originário e ligado de modo insuperável com a natureza, *é* uma profunda contradição com ela. O meio ambiente do homem é uma natureza radicalmente humanizada e regulada por sua própria ação e vontade"<sup>7</sup>.

A contradição com a natureza, vivida pelo homem, portanto, não é transitória ou conjuntural. É essencial e definidora da sua natureza própria, a natureza humana. Adelmo reconhece que essa problemática não se reduz a uma mera "crítica ideológica anticapitalista", mas "recoloca em cena, por outro ângulo", pela "natureza globalizante" das suas indagações, a "velha questão filosófica" da "relação entre o ser e a consciência" e cobra uma "reavaliação da própria totalidade humana"<sup>8</sup>.

O "redimensionamento da (...) visão sobre o homem e das possibilidades colocadas pela práxis", entretanto, e algo que "não pode significar um passo atrás, ou seja, não pode

significar um retorno ao 'humanismo naturalista' cujo pressuposto é a idéia de uma harmonia original que teria sido rompida em algum ponto da história"10. Ao contrário, "deve buscar o rompimento com os liames que ainda o prendem ao naturalismo"11. Isto é, o homem deve prosseguir avançando no sentido da afirmação da sua natureza humana, inclusive para estabelecer uma relação equilibrada com o meio ambiente e a natureza em geral.

"A imposição da harmonia humana sobre a natureza implica numa apropriação progressiva que, cada vez mais, tem como condição mesma de sua efetividade a conquista de um equilíbrio global consciente. A auto-regulação da coletividade humana em suas relações com a natureza, tendo em vista critérios globais de médio e longo prazo, realiza a essência da *apropriação* em sentido filosófico, (...) [Muitos] ecologistas tendem a considerar a apropriação da natureza pelo homem como um aspecto da preservação, quando se trata exatamente do inverso. Os mares não podem ser envenenados, a atmosfera não pode ser poluída e nem esgotados os recursos naturais não-renováveis porque isso produz efeitos naturais não controlados que desumanizam nosso ambiente"12. E, mais adiante, esclarece Adelmo "(...) o homem não é simplesmente *um ser da natureza*, pois sua essência é exatamente o processo de afastamento dessa primeira natureza e, nessa medida, de produção de sua natureza histórica enquanto humanização. Por isso mesmo, Jamais poderá romper completamente os liames com a primeira natureza de onde partiu"13.

"Enfim, a imposição da harmonia humana sobre o mundo natu-

ral é, essencialmente, o conteúdo do trabalho social. A preservação é um aspecto dessa apropriação e o equilíbrio não é um fim, mas seu critério e condição. Nesse sentido, o automatismo [e c sentido degenerante, do ponto de vista humano(14)] das forças produtivas, que atinge seu ápice sob o capitalismo, deve ser condenado e submetido pelo sujeito humano não pelo seu caráter de força produtiva, mas pelo seu caráter de *força destrutiva*"<sup>15</sup>.

Por isso tudo, o esforço de "qualificação consciente das forças produtivas" e a "crítica teórica e prática das objetivações técnicas e científicas"(16) para acertar no alvo, deve partir da constatação de que a "crise de civilização" que o mundo vive tem o capital e a *lógica da mercadoria* como seu "centro motor" <sup>17</sup>.

A luta por uma "regulação consciente" da ação dos homens sobre o mundo, portanto, não pode reduzir-se a uma "crítica moral", ainda que dirigida à "*sociedade como um todo*"(18). Essa crítica e o enfrentamento que ela propõe devem ser políticos e materializados até suas últimas conseqüências, devem voltar-se para a surerção das determinações da *lógica da mercadoria*. Para tanto, precisa superar a "crença na ação espontânea (...) das próprias classes dominantes (...), do 'povo em geral' (...) ou dos 'homens comuns'"<sup>19</sup>. Só o empreendimento de uma multiplicidade de ações coletivas e de sentido estratégico pode dar conseqüência a essa disputa da Consciência com a *lógica das coisas*, que é a *lógica da mercadoria*.

✓ 1/4 m  
92 7-11-82  
CUTANCE

Uma das condições para o empreendimento de ações estraté-

gicas é a compreensão de que os meios resultantes da ciência e da técnica moderna podem proporcionar a "base objetiva para um futuro que seja melhor e possível"<sup>20</sup>. Não é freando as forças produtivas ou simplesmente recusando o desenvolvimento técnico e científico que vamos produzir as soluções. Ao contrário, só o desenvolvimento de meios apropriados - sejam materiais ou institucionais - pode permitir que a consciência busque, com autonomia em relação à *lógica da mercadoria*, capacitar-se para assumir o comando.

Adelmo salienta ainda que "mesmo o taylorismo - embora isso (...) [possa deixar alguns] horrorizados - possui determinações potenciais de uma conquista humana universal, ao mesmo tempo que nasceu para promover a mais desumana e alienante exploração. Não se trata, então, de abolir a produção em massa, mas de estabelecer uma regulação consciente em cada momento histórico, tendo em vista o equilíbrio ecológico e as possibilidades técnicas e científicas de mantê-lo e aperfeiçoá-lo"<sup>21</sup>.

## 11. CONTROLE E CULTURA

As coisas estão controlando os homens, é o CO2 que **controla Bush e não o contrário. Não há neoliberalismo. Isto é apenas uma capa ideológica que os economistas acorreram a jogar nos ombros das coisas. As coisas tomaram o poder e os seus escravos fizeram esta formação reativa, este rotulo que lhe foi colado às pressas nas costas, para dar aos homens a ilusão de controle".** (Arnaldo Jabor)<sup>22</sup>

A novidade do fenômeno humano, que se distingue e se descola radicalmente da natureza, é a possibilidade de arbitramento de fins e de constituição de meios voltados para a consecução destes fins. A característica desse processo, no qual

o homem produz sua própria essência, foi identificada com clareza por Hegel: os meios sempre excedem os fins particulares para os quais foram concebidos. Uma característica do gênero humano, portanto, é a de produzir, através dos meios que desenvolve, mais efeitos do que concebe inicialmente, sejam estes meios políticos, institucionais, econômicos ou culturais.

O desafio da humanidade - em especial na contemporaneidade, com o desenvolvimento dos meios atingindo escala planetária - é possibilitar que o homem amplie a capacidade de controlar os meios que desenvolve e o alcance dos seus efeitos. Busca-se um controle que admita a *inevitável excedência* dos meios em relação aos fins particulares para os quais foram concebidos. Os meios têm um caráter potencialmente universal e nunca servem *apenas* para atingir a finalidade particular que os origina. Trata-se, assim, de um controle que, por mais amplo e minucioso que seja, necessariamente será precário, limitado e parcial.

Não há, nessa preocupação, a ilusão de produzir um mundo idílico, onde tudo ocorra por um puro arbitramento de fins e com um controle absoluto sobre os meios e fins. O objetivo é fortalecer a capacidade teleológica do sujeito e, através do controle sobre os meios - mesmo admitindo o incontornável alcance superior dos meios em relação aos fins particulares propostos - produzir um esforço para que estes não venham a *engolfar* ou *contradizer* esses fins. Trata-se, portanto, de um esforço para ampliar a margem de liberdade da consciência em relação às determinações que são produzidas pelo próprio ho-

mem e que escapam ao seu controle como, por exemplo, a *mercadoria* que, de meio, passou a ser uma "célula inversora entre meios e fins"(23). Aquilo que era meio, passa a ser um fim em si próprio. Tornando-se um denominador comum e universal para todos os produtos da atividade humana, as finalidades desses produtos dissolvem-se e adquirem a primazia de ser, antes de tudo, mercadoria.

Sem dúvida, no equacionamento das questões ambientais, está o problema do controle sobre a essência humana e dos meios que produz. A relação do homem com a natureza, que é necessariamente violenta - no sentido substantivo de violação da sua legalidade - tende, *espontaneamente*, a ser marcada pelo caráter predatório. A superação da Espontaneidade - imposta pela *lógica da mercadoria*, por exemplo - é uma condição para possibilitar, através de um arbitramento, uma positividade sobre a necessariamente violenta ação humana.

L. J. 11/1/70

)))

A idéia de controle surge aqui como o arbitramento de uma positividade capaz de humanizar a relação do homem com os meios e os efeitos dos meios que produz. A noção de controle, aqui evocada, rejeita o caráter adjetivo e o sentido autoritário com que essa noção tem sido usualmente empregada. Controle, tal como aqui empregamos, recusa-se a referir o processo em que "alguém subordina alguém" - em que uma idéia fechada de comportamento, atitude ou finalidade é empregada como modelo para a conduta ou os fins de indivíduos, grupos sociais ou mesmo sociedades.

Como os meios serão sempre excedentes em relação aos fins,

e sendo esta uma condição inerente à produção da essência humana, as formas concretas através das quais se estabelecerá o controle sobre os meios também não poderão, de antemão, serem estabelecidas. Essas formas concretas de controle, além disso, serão necessariamente provisórias e recorrentes à própria natureza dos meios e dos fins que o homem quiser alcançar.

Essa idéia de controle tem que ser recorrente e estar articulada com o desenvolvimento dos meios, deve ser pensada no âmbito de cada sistema ou subsistema político, região ou sub-região do mundo, no interior de cada Estado ou governo, com realidades e características próprias.

A idéia do controle, tal como aqui é empregada, não se associa a qualquer projeto fechado, a nenhuma utopia, a nenhum finalismo, por mais grandioso ou generoso que possa se apresentar. Também não se vincula a alguma concepção fechada que, inevitavelmente acaba reificando as relações.

Afirmamos aqui, sobretudo, a idéia da necessidade do controle que, longe de ser tratada como um valor humano universal, deve admitir o convívio com os limites e possibilidade de cada situação concreta. E deve aceitar uma relação necessariamente tensa e contraditória, entre os indivíduos, grupos e setores sociais dispostos a aceitar um controle de "todos sobre todos", isto é, o estabelecimento de uma "direção coletiva" sobre as instituições e uma condição de recorrência, com uma abertura dessas instituições para a construção da essência humana nos seus aspectos contraditórios. Contemporaneamente, a opção entre planejamento estratégico e mercado e

(um dos mais cruciais focos de contradição entre a consciência e a espontaneidade, a lógica das Coisas.)

Trata-se de constituir instituições que, por assim dizer, não se surpreendam com o caráter aberto e autodeterminado da Existência humana e que estejam capacitadas para se transformar permanentemente, buscando a mais completa coincidência entre as instituições e o que estas se dispõem a representar, isto é, que a forma das instituições e os recursos formais de que esta se reveste, não se choquem de forma irreversível com seu conteúdo.

O equacionamento da relação humana com o meio ambiente põe em cheque a capacidade do homem controlar seus meios e arbitrar seus fins. Os critérios e condições para se conseguir uma relação não-predatória do homem com o meio ambiente, entretanto, não podem ser buscados na natureza. O homem não pode pensar a si próprio "dissolvido" na natureza. O homem não pode se pensar apenas como se fosse, simplesmente, um "ser natural". O homem encarna "a" consciência que existe sobre o mundo, pelo menos é o que se constata até onde alcança nosso conhecimento científico. E os critérios de orientação da sua ação sobre este mundo serão inevitavelmente seus. A degradação do meio ambiente, portanto, antes de tudo, é uma degradação do meio humano, uma *desumanização* do meio ambiente. E para que a consciência efetivamente presida a ação humana sobre o mundo, torna-se imprescindível o esforço de controle dos meios. Caso contrário, o homem estará sempre desperdiçando energias que terá dificuldades ou não conseguirá controlar, seja na natureza (e aí está o problema mal resol-

FALTA  
h TB  
h u  
FOI n 4  
36  
COY 110  
SI 4  
MENA  
00115

✓ HOJE

vido da energia nuclear), seja nas suas próprias relações (e ai está a mercadoria, produzida pelo homem, mas que se autonomizou, fugiu do seu controle, e passou a submeter o próprio homem).

### CONTROLE DA CULTURA

Afirma-se, assim, a necessidade de controle da essência humana, capaz de arbitrar uma positividade para orientar a relação inevitável e necessariamente violenta - no sentido de violação da legalidade - do homem com a natureza.

Destacamos, também, a necessidade de controle das relações dos homens entre si. O caráter intrinsecamente social da existência e da ação humana sobre o mundo torna indiscutível um foco de atenção sobre a legalidade, a eticidade e o sentido das relações que os homens mantêm entre si.

Para os efeitos dessa exposição, entendemos que o conceito de cultura deve, necessariamente, referir, numa determinada sociedade, o conhecimento sobre o mundo e sobre o próprio homem, a qualidade da produção material e das instituições que mediam as relações dos homens entre si. Amparados nessa definição, mesmo considerando seu caráter provisório, podemos concluir que, se o homem quiser ter controle sobre os meios e seus fins, sobre suas relações e sua ação sobre o meio ambiente, o homem terá que necessariamente, como pré-requisito, controlar a produção da cultura.

A capacidade de produzir critérios para exercer o controle

ACQUISTITA  
"AINDA MAI  
SUE  
TOMAR  
SU CARTE  
SENTIDO  
A PRODUÇÃO  
DOS  
MEIOS É  
A PRÓDIA  
CULTUR.  
1

sobre os meios, a capacidade de avaliação dos efeitos e do alcance das objetivações do homem sobre a natureza, isto é, do impacto dos meios e da ação do homem sobre o meio ambiente, pode ser entendida como um padrão cultural. A validação e a legitimidade de determinados meios ou práticas é uma convenção arbitrada pela consciência e, portanto, produzida pelo homem.

ABU OU NO ANTERIOR

ABU  
JÁ O  
SINGO  
RESTAÇÃO  
de um sistema

→ Quem controlar os meios voltados para a produção da cultura, terá poderes para arrefecer ou exagerar ou impacto de determinadas informações técnicas, poderá estimular hábitos e costumes, induzir valores e concepções. Evidentemente, esse controle sobre a produção cultural deverá, acima de tudo, ser democrático e plural. Não é difícil perceber que uma sujeita à lógica da mercadoria, que tem como compromisso fundamental a reprodução do capital, é avessa ao arbitramento de finalidades humanas, isto é, a lógica da mercadoria tende a se impor a tudo, nesse sentido totalitariamente, apresentando-se como "natural" e inevitável, e decretando a autonomização dos meios em relação aos fins, a perda de controle, pelo homem, daquilo que ele próprio produziu. Impelidos pela lógica da mercadoria, os homens se transformam em "coisas".

2470672  
11742  
"6562135"  
da  
PRODUÇÃO  
DE  
CULTURA

✓  
1982  
2000  
✓  
RAL-01/11  
122 HAN  
2242  
31  
2/12  
A  
12-11-11

VER  
OROS  
DE  
APÓS  
AUSÍC

A consciência se fragmenta e se incapacita para aprender os nexos particulares que constituem a essência humana. As essências são reificadas, tornam-se opacas e mudas, e deixam de representar seus conteúdos, assim possibilitando a usurpação das particularidades. A "coisificação" do homem corresponde a uma essência que se oculta na redução do todo a uma mesma essência. Poesia e brincadeiras reduzem-se ao que têm em

comum: a condição de mercadoria.

Na epígrafe deste capítulo, Arnaldo Jabor demonstra que a intuição dos artistas pode produzir poderosas Imagens aproximando a consciência de elaborações complexas da filosofia e da ciência. Jabor denuncia assim as reações codificadas pela *lógica da mercadoria* e a reiteração das relações dominantes.

O controle da produção da essência humana, o controle da consciência sobre os fins e o alcance dos meios, inclusive seu impacto sobre o meio ambiente, depende, em muitos aspectos, do controle sobre a <sup>\*</sup>produção da cultura. Através da produção cultural, abrimos ou fechamos possibilidades para nações e sociedades.

Handwritten notes on the right margin: "Aqui está Arnaldo, [30-31] no sentido restrito".

111. MEIO AMBIENTE E CONTROLE DA CULTURA E DA COMUNICAÇÃO DE MASSA

Consideramos, sinteticamente, para os fins deste trabalho, cultura como algo que deve referenciar a qualidade das objetivações humanas. Entretanto, o conceito de cultura e polemico, nas ciências humanas e sociais, não obtendo consenso entre Cientistas e pesquisadores. Constatamos a existência de inúmeros conceitos que vão desde uma exagerada abrangência, como o que identifica cultura com tudo o que é produzido pelo homem, até uma restrição demasiada, como o que relaciona cultura com elementos que induzem a conduta.<sup>24</sup>

Handwritten notes on the left margin: "Aqui não é a cultura".

Handwritten notes on the right margin: "Aqui não é a cultura", "SOPR...", "Aqui está", "é a", "de 'Z'...".

Independente da abrangência do conceito adotado, entretanto, podemos concluir que os meios de comunicação de massa

e em especial o mais importante destes, que é a televisão têm uma extraordinária capacidade de determinação da cultura. Além de organizarem todo um ramo de produção econômica, os meios de comunicação de massa estimulam hábitos e costumes, induzem atitudes, comportamentos, valores e concepções.

Essa capacidade de determinação da cultura é o fundamento do interesse público nos meios de comunicação de massa e a principal justificativa da necessidade de controle público sobre esses meios.

Para que a consciência assuma o comando das ações humanas e se habilite para controlar meios e arbitrar fins - inclusive no complexo estabelecimento da sua relação com o meio ambiente - é necessário que os homens se empenhem numa ampliação das possibilidades da consciência se desenvolver e se apropriar do mundo. Temos a convicção de que isso só poderá ocorrer se o homem impulsionar a produção cultural com um sentido ético <sup>primário,</sup> tomando a valorização da consciência como fim.

Esse objetivo se choca frontalmente com a situação que temos no Brasil. E aqui nossa análise passará a se deter nos dados concretos da situação brasileira e na dimensão política das tarefas de reorganização dos sistemas de comunicação de massa em nosso país.

#### A IMPORTÂNCIA DA TELEVISÃO

A análise da situação dos sistemas de comunicação de massa

no Brasil evidencia a destacada importância da televisão. É o principal de veículo, do ponto de vista econômico. Representa cerca de 56% de todo o mercado de comunicação, considerando os dados de 1991(25). Desde o seu surgimento, em 1950, a televisão rapidamente assumiu a principal posição entre os sistemas de comunicação de massa. Pode ser considerada, hoje, como a espinha dorsal desses sistemas. Isso se constata observando-se que, além da importância das quatro grandes redes privadas, é a televisão a base dos principais grupos privados regionais de comunicação, reunindo os principais jornais e as principais redes estaduais de emissoras AM e FM. É a televisão que alavanca, portanto, o desenvolvimento dos grupos privados nacionais e regionais de comunicação de massa.

A essa importância econômica corresponde uma importância política. À hegemonia econômica equivale uma hegemonia política. E esse destaque político resulta da importância cultural da televisão. O impacto e o poder de sedução da sua linguagem tornam inigualáveis os seus efeitos sobre a cultura do país.

#### A TV, ESSA DESCONHECIDA

Apesar da televisão existir no mundo já quase há meio século, podemos dizer, sem medo de errar, que se trata de uma grande desconhecida. Em que pese o gigantesco acervo de conhecimento técnico e científico, teórico e empírico, sobre este veículo, há uma grande dificuldade para se estabelecer uma visão de conjunto sobre o fenômeno televisivo, transformando todo o conhecimento disponível e as mais diversas expe-

TV  
COTO  
DIALETI-  
CA- DUTA  
PLASIA  
AMB (2012)  
NATURALIS  
HOLCOS

riências de apropriação concretas dessa tecnologia num mosaico contraditório e, em certa medida, desconexo.

A incompreensão da televisão resulta, em parte, do caráter dinâmico da sua linguagem, em permanente evolução na combinação de estímulos auditivos e visuais. Mas não só a forma, também o conteúdo da televisão avança num ritmo vertiginoso, com a incorporação de temáticas capazes de dissolver qualquer tipo de resistência, tanto no que se refere a utilizações de sentido humanizador, como as que expressam tendências perversas e traços narcísicos e esquizo-paranóides.

A televisão, na verdade, é um ponto de confluência único da vanguarda de produção científico-tecnológica com as forças do mercado. Estabelecendo uma conexão direta do público com o mercado, Este veículo desenvolveu a capacidade tanto de produzir o mercado, como de responder às suas demandas. Por isso a TV, fortemente inserida no cotidiano de centenas de milhões, ocupa um caráter central na determinação da cultura contemporânea em processo de abrangência planetária. A TV é, assim, o carro-chefe da produção de hábitos, costumes, valores, concepções e mobilização do imaginário popular.

A TV, mais do que um linguagem audiovisual sujeita a determinações do mercado, confunde-se com o próprio processo total de constituição da contemporaneidade, com a eliminação de barreiras de tempo e espaço, a dessacralização de valores e instituições e, sobretudo, a disseminação do niilismo, no sentido de perda de controle produção da própria essência, tal como apontou Bermann, em *Tudo o que é sólido desmancha no*

ADAPT. EST. A. 021 PA  
EST. A. 021 PA  
DIALETT.  
CA

[6 SAC 19184/87]

## A TV NO BRASIL

Por 57 anos, desde a primeira legislação sobre rádio, o poder de outorga de concessões e permissões de emissoras de rádio e, depois, de emissoras de televisão, foi atribuído a uma decisão pessoal do Presidente da República. Nessa condição, as outorgas de concessões e permissões obviamente refletem o ânimo governamental, sendo sujeitas a favorecimentos, compadrio, beneficiamento de grupos políticos e econômicos e, não raro, corrupção. O ex-presidente Sarney desfrutou desse poder até o dia 5 de outubro de 1988, quando a Vigência da nova constituição passou a palavra final, no processo de outorga, para o Congresso Nacional. Sarney usufruiu desse poder até as últimas horas em que o deteve, utilizando as outorgas para a barganha de votos na Constituinte. Assim, praticamente esgotou as frequências e canais tecnicamente viáveis no país. Considerando as principais modalidades de serviço - rádio AM e FM e televisão em VHF - hoje restam menos de 14% de todas as frequências e canais viáveis, obviamente todas fora dos principais mercados.

## O AVANÇO SOBRE AS NOVAS TECNOLOGIAS

Num movimento combinado com o processo de esgotamento do espectro eletromagnético e das suas frequências e canais, o governo Sarney, às vésperas da aprovação da nova Constituição e com base numa legislação de telecomunicações mais do que defasada - na verdade, completamente caduca - passou a acele-

rar a implantação das novas tecnologias, amparando sua regulamentação em decretos e portarias, Teletexto, Videotexto, TV em UHF, TV por Assinatura, Transmissão Direta de Satélite, TV a Cabo (disfarçada com a denominação DISTV), MMDS, foram algumas dessas tecnologias. O governo Collor prosseguiu com a política de acobertamento da implantação das novas tecnologias. Essa política, além de regulamentar as novas tecnologias de forma fragmentada, sem debate público e através de meros atos do Executivo (portarias e decretos), marginaliza o Congresso Nacional não só das deliberações sobre as regulamentações como também do processo de outorga de autorizações e permissões. Isto é, esgotada a radiodifusão convencional, o Executivo passou a empalmar o poder de distribuição das autorizações e permissões das novas tecnologias.

Em diversos casos, o governo federal vem operando no sentido de criar situações *de fato* com base, inclusive, em regulamentações precárias, de modo a tornar a implantação dessas tecnologias irreversíveis e controladas por determinadas grupos. Esse é o caso da TV a Cabo, ou Serviço de Cabodifusão, cujas redes estão se constituindo como base dos sistemas de comunicação do futuro, em todo o mundo. A situação, portanto, é muito grave. As novas tecnologias estão sendo implantadas de forma velada, repetimos, sem debate público, com beneficiamento de grupos políticos e econômicos e sendo sujeitas a práticas e condições que poderão comprometer irremediavelmente seu desenvolvimento futuro.

#### O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL







Um dos grandes problemas humanos, em relação à questão do meio-ambiente, é a necessidade de superação da visão fetichizada e dos apelos ingênuos para que o homem simplesmente "preserve a natureza" e, assim, acabe esquecendo-se como constituidor da sua própria natureza. Também é necessário superar a crítica acadêmica, que fica na mera constatação, e a crítica moral que, romântica mas autoritariamente, atribui ao homem um dever-ser de sentido finalístico. Para superar tudo isto, é preciso politizar e materializar esse enfrentamento através de projetos estratégicos. Para o homem assumir o controle da produção da sua própria essência, seus projetos estratégicos tem que impulsionar e visar conscientemente sua autonomia em relação à lógica da mercadoria. E as transformações, nesse sentido, terão de ser revolucionárias, isto é, terão de <sup>subverter a</sup> ~~di~~ (invertir) sua atual tendência de submissão à lógica da mercadoria. *INVENÇÃO" PUNA E SIMBOLIS É IMPASSIVEL... [IDE SOL. REAL]*

A possibilidade de se regular, conscientemente, a relação do homem com o meio ambiente - reafirmamos, portanto - depende, em larga medida, do controle público que se possa ter sobre a produção cultural. E das possibilidades de se abrir, assim, a produção cultural para um processo coletivo e plural de afirmação da nacionalidade. Isso significa uma mobilização permanente da sociedade civil, e também de condição para que todos os setores sociais do país se expressem e consigam desenvolver autonomia estratégica para formular um projeto de presente e de futuro.

O Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso, criado em 1991, é um exemplo de espaço institucional

que poderá servir para a expressão da diversidade de interesses envolvendo a produção da cultura e a comunicação de massa, e para a superação da espontaneidade e da usurpação na formulação de políticas públicas.

Só assim poderemos, como nação, produzir projetos capazes de equacionar a relação do homem com o meio ambiente, a partir de uma posição consciente, equilibrada e não-predatória.



